

N. F. Nº - 278936.0001/22-7  
NOTIFICADO - CINCAL DISTRIBUIDORA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA.  
NOTIFICANTE - LUCIANO DE SOUZA VELOSO  
ORIGEM - DAT SUL/IFEP SUL  
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 30/12/2022

**1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL****ACÓRDÃO JJF Nº 0244-01/22NF-VD**

**EMENTA:** ICMS. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. MERCADORIAS ADQUIRIDAS COM PAGAMENTO DO IMPOSTO POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. Acolhida a arguição do impugnante de ocorrência da decadência parcial do direito de a Fazenda Pública estadual de constituir o crédito tributário, consoante o art. 150, § 4º, do Código Tributário Nacional – CTN. Excluídos os valores alcançados pela decadência. A parcela da exigência fiscal não alcançada pela decadência foi reconhecida pelo impugnante. Infração parcialmente procedente. Notificação Fiscal **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

A Notificação Fiscal em lide, lavrada em 25/03/2022, formaliza a exigência de ICMS no valor histórico total de R\$ 2.695,70, acrescido da multa de 60%, em decorrência do cometimento da seguinte infração imputada ao notificado: *Infração - 001.002.006 - Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS referente a mercadoria (s) adquirida (s) com pagamento de imposto por substituição tributária.*

Período de ocorrência: janeiro a março, maio, setembro, outubro e dezembro de 2017, janeiro a março, maio e julho de 2018.

O notificado, por intermédio de advogados legalmente constituídos, apresentou Defesa (fls.16 a 19). Reporta-se sobre a tempestividade da peça defensiva. Discorre sobre os fatos que ensejaram a exigência fiscal.

Argui a ocorrência da decadência na forma do artigo 150, § 4º, do CTN, referente à exigência dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2017, dizendo que a ciência da lavratura da Notificação Fiscal se deu em 11/05/2022, via DT-e, portanto, devendo ser excluídos os valores alcançados pela decadência, no caso R\$ 41,30, R\$ 32,40 e R\$ 404,00, respectivamente.

Salienta que deduzidos os referidos valores remanesce um débito no valor histórico de R\$ 2.218,00 que reconhece como devido e já se encontra recolhido.

Finaliza a peça defensiva requerendo a procedência parcial da Notificação Fiscal.

O notificante prestou Informação Fiscal (fl. 34) afirmando que não houve ultrapassagem de prazo decadencial e mantém a exigência fiscal na íntegra.

Consta, a fl. 37, extrato do SIGAT referente ao pagamento do valor do débito reconhecido.

**VOTO**

A acusação fiscal é de que o notificado utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS referente a mercadorias adquiridas com pagamento de imposto por substituição tributária.

Inicialmente, cabe apreciar a prejudicial de mérito arguida pelo impugnante no sentido de ocorrência da decadência do direito de a Fazenda Pública estadual constituir o crédito tributário nos termos do artigo 150, § 4º, do CTN, referente à exigência dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2017. Alega o impugnante que a ciência da lavratura da Notificação Fiscal ocorreu em

11/05/2022, via DT-e, portanto, devendo ser excluídos os valores alcançados pela decadência, referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2017, caso R\$ 41,30, R\$ 32,40 e R\$ 404,00, respectivamente.

De fato, assiste razão ao impugnante. A Notificação Fiscal foi lavrada em 25/03/2022 e a ciência do notificado somente ocorreu, via DT-e, em 11/05/2022, sendo certo que o lançamento somente se aperfeiçoa com a ciência do Contribuinte, conforme a Súmula 12 do CONSEF. Portanto, tendo sido ultrapassado o prazo de cinco anos contado da ocorrência do fato gerador, conforme o art. 150, § 4º do CTN, descabe a exigência fiscal no tocante aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2017, haja vista que alcançados pela decadência.

No que tange ao mérito propriamente dito, observo que o impugnante registrou que reconhece o cometimento da infração referente aos meses de maio, setembro, outubro e dezembro de 2017, janeiro a março, maio e julho de 2018, inclusive que efetuou o pagamento do valor do débito reconhecido. É certo que o reconhecimento pelo notificado do cometimento da infração aponta no sentido do acerto da exigência fiscal, sendo, desse modo, parcialmente procedente, devendo ser homologado o pagamento efetuado pelo notificado e, conseqüentemente, extinto o crédito tributário nos termos do art. 156 do CTN.

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL da Notificação Fiscal.

#### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** a Notificação Fiscal nº. 278936.0001/22-7, lavrada contra **CINCAL DISTRIBUIDORA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA.**, devendo ser intimado o notificado, para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 2.218,00**, acrescido da multa de 60%, prevista no artigo 42, inciso VII, alínea “a” da Lei nº. 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 12 de dezembro de 2022.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE/RELATOR

LUIS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA – JULGADOR

OLEGÁRIO MIGUEZ GONZALEZ - JULGADOR